



RESOLUÇÃO DE CONJUNTURA APROVADA NO 54º CONGRESSO DA UNE

Em defesa da Democracia, da Petrobras e contra os cortes na Educação

O mundo ainda vive sob o signo da profunda crise do sistema capitalista, que perdura já desde 2008 e não aponta para recuperação em breve. Com o predomínio do capital financeiro em escala global, os caminhos impostos por governos conservadores para superação da crise econômica têm sido nocivos aos povos, ceifando milhões de empregos e direitos, espalhando a miséria, para preservar os interesses do capital e de seus detentores.

Também é uma quadra marcada por grandes ameaças. Avançam forças conservadoras e reacionárias em países da Europa; guerras e o extremismo levam à ruína nações no Oriente Médio e na África; agravam-se ainda as crises humanitárias, a exploração e a sujeição de nações periféricas por potências imperialistas.

Em contraposição ao aumento das tensões, a resistência dos povos também produz resultados. A articulação dos BRICS continua empreendendo formas de contraposição à principal potência imperialista, os EUA. Com a formação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) esses países pavimentam uma alternativa às imposições do FMI e do Banco Mundial. São bem-vindos os mecanismos que cimentem as relações comerciais e de cooperação entre essas nações e fortaleçam as relações sul-sul, colaborando para questionar a hegemonia norte-americana.

Na América Latina, os governos progressistas e antiimperialistas vivem sob intensa pressão. Venezuela, Argentina e Brasil, dentre outros, hoje resistem a tentativas de desestabilização com fortes marcas de influência de agentes externos. Mesmo neste cenário, os EUA foram obrigados a reconhecer o fracasso de seus mais de 50 anos de embargo à revolução cubana e, recentemente, reataram relações com a ilha socialista. A situação aponta como fundamental o reforço dos meios de integração solidária latino-americana, como Mercosul, UNASUL, ALBA e CELAC, este último como o primeiro órgão multilateral continental que envolve todos os países da América Latina e do Caribe, da história.

Defender o Brasil, a democracia e a Petrobras

Em 2014, o Brasil passou por um processo eleitoral que agudizou a polarização política entre as forças progressistas e as conservadoras. Seguiu-se à vitória de Dilma um movimento dos partidos de oposição para questionar a democracia e a legalidade institucional. Incentivadas e mobilizadas com apoio da mídia oligopolizada, manifestações de claro viés conservador passaram a levantar bandeiras golpistas e reacionárias, além de vocalizar preconceitos outrora calados.

O Congresso Nacional, com sua composição mais conservadora em décadas, tem imposto uma agenda política regressiva ao país, aos direitos das minorias e dos trabalhadores. De maneira autoritária, a toque de caixa mesmo, a presidência da Câmara tem procurado aprovar temas obscurantistas, tais como a Redução da Maioridade Penal para 16 anos, o Estatuto da Família, dentre outros.

Neste contexto de avanço conservador, foi aprovado o retrocesso civilizatório contido no PL 4330, que institui a terceirização das atividades-fim das empresas, rasgando assim a CLT e ameaçando direitos trabalhistas consolidados há décadas, como férias, descanso remunerado aos finais de semana, 13º salário, dentre outros. Contudo, a pressão das centrais sindicais e dos movimentos sociais foi tamanha que conseguiu reverter a posição de deputados e partidos, quase barrando sua aprovação. A mobilização precisa continuar e se ampliar para que a medida não passe no Senado.

Também está em aprovação na Câmara um projeto de reforma política que ignora o clamor da população por mais participação. Numa artimanha lesiva ao país, a Adin que questiona a legalidade das doações de empresas privadas aos políticos está paralisada há mais de um ano no STF, dormindo na gaveta do ministro Gilmar Mendes, enquanto a Câmara acaba de aprovar justamente a constitucionalização das contribuições empresariais – que vem a ser a verdadeira matriz da corrupção na política. Não é essa a reforma política que interessa ao Brasil. O país precisa de mais mecanismos de participação direta, de partidos políticos fortes e representativos e de eleições livres da ingerência do poder econômico, por isso a UNE se soma aos que lutam pela proibição do financiamento empresarial nas campanhas eleitorais. Neste sentido, iniciativas das quais a UNE faz parte, como a Coalizão pela Reforma Política Democrática e a Campanha da Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político, apontam caminhos para fomentar a mobilização popular entorno da reforma política que queremos.

Atualmente, o Brasil sente os pesados efeitos da crise econômica mundial, o que fez com que o governo reorientasse a política econômica. Foi apresentado um pacote de medidas que restringem direitos, como a MP 664 e 665, além de sucessivas elevações na taxa de juros, alterações na até então exitosa política de financiamento habitacional e uma dura política de ajuste fiscal. O corte anunciado de R\$69 bilhões, sendo R\$ 9 bilhões na educação – corte que os estudantes não aceitarão. Tais medidas têm caráter recessivo e aumentam a dívida pública, além de penalizar os trabalhadores e os mais pobres. Essa receita já foi aplicada, sem êxito, em outros países.

Para a UNE, quem deve pagar a conta da crise econômica são aqueles que estão no topo da pirâmide social. Reivindicamos que o governo adote medidas como a taxação de grandes fortunas e de heranças, que são capazes de ampliar a arrecadação governamental preservando a justiça social. O aumento a taxação no lucro líquido nos bancos caminha neste sentido.

À crise econômica, soma-se a onda de ataques contra a maior e mais importante empresa brasileira, a Petrobras. No esteio da Operação Lava-Jato, que prendeu alguns funcionários acusados de corrupção, uma campanha diária de desmoralização da Petrobras foi conduzida. O objetivo inconfesso é o de fragilizar a empresa, tanto em sua imagem quanto economicamente, criando condições para acabar com o regime de partilha e de conteúdo local no Pré-Sal e até mesmo privatizá-la. A investigação deve ser feita pelos órgãos competentes, com liberdade e transparência, assim como devem ser punidos todos os corruptos e corruptores, mas a Petrobras e as empresas nacionais são patrimônios a serem preservados.

A UNE, que tem a campanha “O Petróleo é Nosso” como uma das mais belas páginas de sua história, tem clareza de que a Petrobras é um orgulho dos brasileiros e agente fundamental para o desenvolvimento da Nação. O regime de partilha no Pré-Sal, que resguarda os interesses do Brasil na exploração desta riqueza, é também a garantia de uma das maiores conquistas do movimento estudantil: a aplicação de 75% dos royalties do Pré-Sal na educação, viabilizando o investimento de 10% do PIB no setor. Por isso, a UNE não

vacila: defender a Petrobras, é defender o Brasil e a própria educação pública.

As necessidades urgentes do país são superar a crise econômica, ampliar o processo de democratização da universidade e de valorização da educação, voltar a investir, crescer preservando direitos e a inclusão social. Para tanto, o Brasil vai precisar de uma ampla união das forças progressistas, dos movimentos sociais, partidos, entidades e intelectuais para defender a democracia e a estabilização política, contrapondo-se às tentativas golpistas; para defender a Petrobras, o regime de partilha e de conteúdo nacional na exploração do Pré-Sal; defender intransigentemente os direitos trabalhistas e combater o PL 4330 (Terceirização); lutar por uma reforma política democrática, que amplie a participação popular e proíba o financiamento empresarial de campanhas; além de lutar pelos direitos civis e contra retrocessos antidemocráticos em pauta no Congresso Nacional.

A União Nacional dos Estudantes, fortalecida e mobilizada de Norte a Sul do país, está pronta para cumprir o seu papel transformador, sempre lutando por um Brasil soberano, desenvolvido, democrático e justo. O 54º Congresso da UNE convoca os estudantes e movimentos sociais a se somarem numa agenda de lutas e mobilizações contra os cortes na Educação e medidas restritivas, iniciando no “Ocupe Brasília”, já ao término do Congresso, promovendo calouradas unificadas em todo o país, paralizações como parte da Jornada de Lutas de 11 de agosto e uma grande caravana a Brasília.

